

3º ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA

Área Temática - Emprego e mercado de trabalho, demografia econômica

Título do trabalho: Precarização do trabalho: avaliando a deterioração de mercados de trabalho metropolitanos no Brasil - Um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Autora: Míriam De Toni

Doutora em Sociologia – UFRGS / Socióloga da Fundação de Economia e Estatística

Rua Duque de Caxias, 1691 - Centro

Porto Alegre - RS- Brasil

90010-283

e-mail: miriam@fee.tche.br

Precarização do trabalho: avaliando a deterioração de mercados de trabalho metropolitanos no Brasil
Um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Míriam De Toni*

Resumo

As transformações no trabalho, associadas à reestruturação produtiva ocorrida no Brasil a partir da década de 90, têm imprimido alterações substantivas e impactos diferenciados no mercado e nas relações de trabalho, originando debates e interpretações conflitantes. Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo apreender o sentido prevalecente na evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho, perseguindo-se a hipótese de que houve uma crescente precarização das relações de trabalho, no período (1992-2004). Para tanto se procedeu à construção e análise de um índice-síntese (Índice de Precarização-IP), utilizando dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). Ao integrar múltiplas dimensões relativas às formas de inserção ocupacional, o IP evidenciou uma maior precarização no mercado de trabalho metropolitano, não obstante a evolução positiva quase generalizada dos indicadores, ao final do período em análise.

Palavras-chave: precarização do trabalho, transformações do trabalho, mercado de trabalho metropolitano

Introdução

A precarização do trabalho vem sendo destacada como um dos principais problemas associados aos processos de reestruturação das formas de produzir e dos modos de organizar e gerir o trabalho que, no Brasil, vêm ocorrendo de modo mais efetivo a partir da década de 90, no bojo das transformações do sistema capitalista desencadeadas no último quartel do século XX. Na realidade, tais processos têm gerado alterações substantivas no mercado de trabalho e nas relações de trabalho, as quais, pela sua natureza múltipla, vêm tendo impactos diferenciados sobre a população trabalhadora, cuja análise requer que se leve em conta uma variedade de evidências, incluindo dimensões econômicas e sociais, capazes de revelar situações relacionadas ao trabalho, mas que também interferem na qualidade de vida dos trabalhadores.

Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo apreender o sentido prevalecente na evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho, perseguindo-se a hipótese de que houve uma crescente precarização das relações de trabalho, processo este que resultou da confluência de vários fatores. Dentre estes, para o caso brasileiro e considerando o período que

*Socióloga da Fundação de Economia e Estatística-RS/Brasil. Doutora em Sociologia/UFRGS.

Este artigo é parte dos estudos desenvolvidos pela autora na tese de doutorado em Sociologia. Vide Toni, 2004, especialmente capítulo 5. A autora agradece à Profa. Dra. Elida Rubini Liedke, orientadora da Tese, por seus valiosos comentários e sugestões ao texto, bem como à Jeferson D. de Matos, estatístico da PED-RMPA, por sua participação na organização dos dados e à Thais Persson, bolsista da FAPERGS, pelo auxílio na edição final do texto.

se inicia com os anos 90, cabe destacar – ao lado das circunstâncias históricas nacionais, de um mercado de trabalho já marcado pela heterogeneidade e a convivência com formas precárias de inserção ocupacional –, a maior inserção do País no processo de globalização, a qual ocorreu de modo abrupto e com escassa participação da sociedade; o aprofundamento da reestruturação produtiva; e a opção por políticas de cunho neoliberal, que se pautam por questionar o papel do Estado, incentivar privatizações e desregulamentar as várias esferas da economia e da sociedade, com especial ênfase na flexibilização das relações de trabalho.

Em termos da economia nacional, o período foi pontuado por conjunturas distintas e mudanças abruptas, cujos desdobramentos provocaram impactos diferenciados sobre o mercado de trabalho os quais, na sua maior parte, têm repercutido de modo desfavorável sobre os trabalhadores, predominando formas de inserção no mercado de trabalho tendentes a precarizar as relações de trabalho, revertendo, desse modo, tendências de melhoria das condições de trabalho da população ativa, observadas em períodos anteriores – principalmente entre 1960-80.

Dentre os principais acontecimentos nos âmbitos da economia e da política que caracterizaram esse período pode-se citar um primeiro momento, de profunda recessão (1990-92), com o governo Collor, quando se intensifica o processo de abertura comercial; a seguir, os dois períodos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) deram continuidade à política de corte neoliberal, podendo-se distinguir diferentes momentos. Entre 1993 e 1997 registrou-se uma recuperação do nível de atividade econômica, reforçada pela implantação de mais um plano de estabilização (Plano Real), em 1994, quando é introduzida uma nova moeda – o real – e controlado o processo inflacionário. Após esse intervalo, o quadro segue ainda mais errático, com desaceleração econômica até 1999 seguida de certa recuperação entre este último ano e 2001, ancorada em boa medida na desvalorização cambial, que alavancou as exportações, beneficiando sobremaneira os estados com perfil exportador, como é o caso do Rio Grande do Sul (RS), Estado tomado como referência para o presente estudo. Já o ano de 2002 – último da gestão FHC – foi marcado por turbulências – crise financeira, aumento do risco Brasil, abrupta valorização cambial, elevação da inflação e queda do nível de atividade –, as quais interromperam aquele cenário mais promissor. Tais acontecimentos estiveram associados, por um lado, às eleições presidenciais, em que se desenhava a vitória – depois confirmada pela eleição do Presidente Lula – de um governo à esquerda do espectro político e crítico ao modelo anterior, e, por outro, à forte crise da Argentina e à desaceleração econômica norte-americana, países estes que constituem os principais parceiros comerciais do RS. Por fim, ao final do período, já sob o governo Lula, a economia volta a crescer, revertendo em parte o quadro

anterior, com inflação sob controle e saldos comerciais cada vez mais positivos, em uma conjuntura internacional bastante favorável.

Não obstante as várias conjunturas que se sucederam, o período como um todo foi caracterizado por taxas de crescimento econômico oscilantes e relativamente baixas, não se desenhando uma trajetória de crescimento sustentável.¹

Tendo-se presente esse contexto, para a análise da evolução das formas de inserção da população ativa procedeu-se à construção de um índice – aqui denominado Índice de Precarização (IP) –, tendo em vista que, por ser um indicador-síntese, é um instrumento estatístico valioso quando o objetivo é integrar múltiplas dimensões relativas às condições de inserção da População Economicamente Ativa (PEA) no mercado de trabalho, possibilitando, assim, avaliações sobre a qualidade desse mercado. Essa propriedade torna-se particularmente importante quando se tem presente que as mudanças no mercado de trabalho brasileiro têm evidenciado resultados distintos e por vezes opostos, gerando debate e interpretações muitas vezes conflitantes.

O estudo toma como referencial empírico o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, tendo em vista a importância desse espaço para o Estado do Rio Grande do Sul (RS), tanto quanto o lugar destacado que o Estado ocupa no contexto nacional². De fato, a RMPA tem grande importância em termos econômicos e populacionais, concentrando as atividades produtivas cativas de sítios urbanos - gera a metade do Produto Interno Bruto (PIB) industrial e cerca de 42% do PIB do setor de serviços (Alonso, 2001). No caso da indústria, a aglomeração urbana da RMPA sedia grande parte das atividades industriais com características de complexos industriais (complexos agroindustrial – com destaque para os ramos vinculados à atividade coureiro-calçadista –, metal-mecânico e químico)³. Em termos demográficos, os 31 municípios que integram a Região abarcam cerca de um terço da população do Estado, de 10 milhões de habitantes, e congregam nada menos do que 40% da população trabalhadora gaúcha vinculada a atividades não agrícolas.

¹ Para o Brasil, a taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) entre 1990 e 2004 foi bastante baixa durante quase todo o período, sendo inferior a 3% ao ano em 8 do total de anos e superando os 5% em apenas dois anos (IBGE, 2006). De modo semelhante, para o Rio Grande do Sul, esse indicador atingiu, no máximo, 3% em 9 do total de anos do período, sendo que em apenas 3 anos ele se mostrou superior aos 6% (Schettert, 2005; Fundação de Economia e Estatística, 2006).

² O Rio Grande do Sul, situado no extremo sul do Brasil, tem permanecido, historicamente, como uma das economias de maior porte do País, estando na quarta posição entre os 26 estados da federação, precedido por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

³ Tomando como indicador da produção industrial o “valor das saídas”, Alonso (2004) constata a elevada participação relativa desses complexos industriais metropolitanos no total de cada complexo, no Estado. O Químico tem a maior concentração, atingindo 83,1% na RMPA; segue-se o metal-mecânico, com 53,4% e o agroindustrial com 37,8%. Integrando este último, o setor coureiro calçadista participa com mais de 2/3 do valor de saídas total do setor, no Estado. Há ainda, com menor participação, o complexo madeira (34,1%).

Acresça-se a isso o fato de que, especialmente a partir dos anos 90 e seguindo o curso da economia nacional, o Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, a RMPA, vêm passando por um processo de intensificação da reestruturação produtiva, acompanhado de mudanças na organização e gestão do trabalho, que tem provocado alterações expressivas nas formas e condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho regional. Estudos sobre os processos de reestruturação em curso têm destacado aspectos tais como: implementação de estratégias de desverticalização, de subcontratação e de terceirização⁴; programas de ajuste, implicando integração de atividades produtivas, fusões e associações; enxugamento dos quadros hierárquicos e diminuição do número de pessoas empregadas⁵; adoção de inovações organizacionais – muitas delas associadas aos novos modelos, especialmente o japonês (just in time - JIT, Círculo de controle de qualidade - CCQ, Controle estatístico de processo - CEP, células de produção, etc.) –, embora geralmente de forma não sistêmica e de modo ainda bastante heterogêneo entre e intra setores⁶.

Por fim, a opção metodológica de focar o estudo sobre um espaço regional metropolitano está fundada no entendimento de que, dadas as características de tais espaços, esse recorte se presta à análise de manifestações de tendências gerais do mercado de trabalho nacional, bem como à possibilidade de identificá-las, potencializando a apreensão de aspectos similares aos vários contextos regionais, que lhes imprime características homogêneas. A ênfase nesses aspectos não anula e tampouco diminui a importância e a necessidade de esforços com vistas a captar especificidades regionais, o que endereça estudos comparativos interregionais.

⁴ Sobre a reestruturação produtiva no Rio Grande do Sul e suas conseqüências ver, especialmente, Castilhos e Passos, 1998; Jornada et al., 1999; Alonso, 2004. No caso da cadeia produtiva têxtil-vestuário, por exemplo, apenas um quarto das empresas pesquisadas não haviam adotado estratégias de desverticalização/terceirização, na década de 90; no complexo celulose, papel e papelão, todas as empresas apresentaram terceirização, centrada em atividades de serviços (Castilhos e Passos, 1998).

⁵ De acordo com Castilhos e Passos (1998), no setor de máquinas-ferramenta, por exemplo, todas as empresas integrantes da pesquisa de campo diminuíram em cerca de 50% o número de empregados no período 1987-88 e 1993. Em que pese estar contida no período a recessão econômica de 1990-92, a redução de mão-de-obra nas empresas resultou, principalmente, da incorporação de novos equipamentos produtivos e de aumento da produtividade da mão-de-obra. “Em 1993 as empresas (...) necessitavam de cerca de 30% menos de mão-de-obra para manter o mesmo nível de produção de 1988” (Castilhos e Passos, 1998, p. 90).

⁶ Conforme Castilhos e Passos (1998, p.73), no setor de autopeças as mudanças no processo produtivo vêm dando prioridade “(...) à redução de custos alcançada pelo corte de pessoal, pela automação e pela externalização de serviços”, em detrimento da desverticalização do processo produtivo. Já, no setor de máquinas-ferramenta, o mesmo estudo constata que as empresas mais importantes do Estado apresentaram como eixo da estratégia empresarial a redução do nível de integração vertical da produção. Adicionalmente, estudo de Jornada et al. (1999) constatou que a incorporação de equipamentos de base microeletrônica na indústria mecânica gaúcha é recente e ainda parcial, observando-se a convivência de equipamentos de bases técnicas distintas. Nesse sentido, a pesquisa em dez grandes empresas do ramo mecânica revelou que enquanto todas operavam com máquinas ferramenta de controle numérico (MFCN) e os computadores generalizavam-se entre elas, apenas 3 operavam com robôs e 4 possuíam máquinas de comando numérico direto (*direct numerical control* – DNC).

O estudo tomou como fonte de dados a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)⁷, abarcando o período de 1992 a 2004. O texto está organizado em duas partes, além desta introdução: na primeira, de cunho metodológico, explicita-se a seleção dos indicadores que compõem o IP, seguindo-se a apresentação da metodologia de cálculo do Índice; a segunda parte compreende a apresentação e análise dos resultados obtidos, em que se acompanha a evolução das condições de inserção ocupacional na RMPA e se discute suas implicações para a população trabalhadora.

1. Aspectos metodológicos

1.1. Seleção de indicadores para a composição do Índice de Precarização

Tendo como pressuposto que a análise das mudanças no trabalho requer que se considerem vários aspectos do processo em curso, os quais, não raro, apontam para direções distintas e até opostas, alguns estudos a respeito do mercado de trabalho brasileiro têm utilizado como estratégia analítica a construção de índices, montados com base em uma gama mais ou menos extensa de indicadores, visando a justamente avaliar a trajetória prevalente nas mudanças. Dentre esses, merecem ser destacadas as experiências desenvolvidas por Miller (1999) e Saboia (1999), cuja relevância se prende ao esforço despendido na elaboração de índices e à clareza na explicitação da metodologia utilizada, bem como à riqueza quanto aos resultados obtidos.⁸

No primeiro caso, a autora analisou a evolução da qualidade do emprego no Brasil, nos anos 90 (período 1989-96), por meio da construção de um índice de qualidade do emprego, fundado na combinação de três variáveis: status contratual – participação do assalariamento formal (no setor privado, com carteira assinada e assalariado no setor público) sobre o total da ocupação; proteção social – participação dos contribuintes à previdência social oficial; e salário ou renda mensal por hora trabalhada. O índice resumo de qualidade resultante permitiu-lhe comparar os setores de atividade econômica e sua evolução ao longo do período enfocado.

Saboia (1999), por seu turno, propõe “um novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil”, incorporando três dimensões – desemprego, ocupação/informalidade e rendimento do trabalho –, cada uma desdobrada em blocos de indicadores específicos. Com base nos dados da

⁷ A PED-RMPA é executada pela Fundação de Economia e Estatística (FEE)/RS, desde abril de 1992, mediante convênio com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS-SINE/RS), a Fundação SEADE, de São Paulo, e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE). A metodologia utilizada na PED introduziu inovações metodológicas visando apreender melhor as características de mercados de trabalho heterogêneos, como o brasileiro. Implantada na Grande São Paulo em 1985, a PED foi sendo ampliada para outras regiões metropolitanas do País, especialmente nos anos 90, abrangendo atualmente, as de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Salvador e o Distrito Federal. Sobre a metodologia da PED ver Fundação SEADE/DIEESE, (1995).

⁸ Para desenvolver os estudos, ambos os autores valeram-se de metodologia desenvolvida para a construção do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, da ONU, a qual inspira também a análise ora empreendida, como se explicitará no item seguinte. Em estudo com propósitos similares, Moutinho *et al.* (2002) optaram pela aplicação de um outro instrumental estatístico - a análise fatorial por componentes principais – que também se presta a análises dessa natureza.

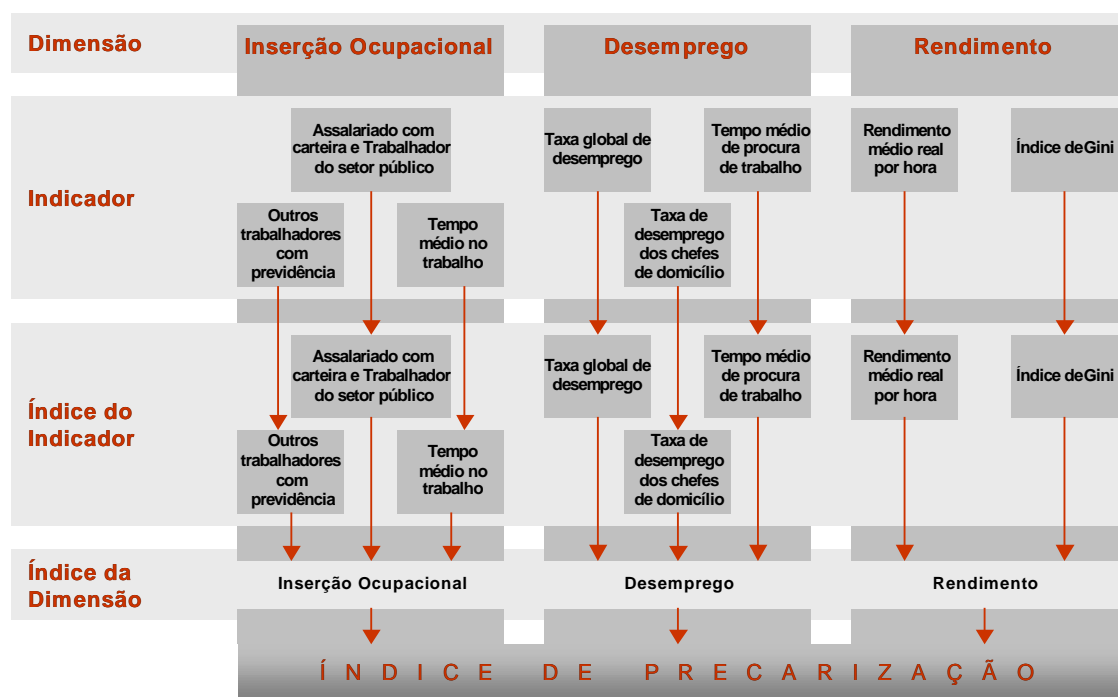
PME/IBGE, o autor faz uma análise dos mercados de trabalho metropolitanos e sua evolução no período 1991-98, chegando a conclusões semelhantes às de Miller (1999), através de uma relação mais extensa de indicadores. O índice resultante, tomado como indicador global, mostrou “forte deterioração do mercado de trabalho”, embora os três blocos de estatísticas fornecessem resultados distintos. Ou seja,

“(…) enquanto os dois primeiros apontam no sentido de piora, o último indica melhora. A queda nos indicadores de desemprego e de ocupação/informalidade, entretanto, é suficientemente forte, de modo que o indicador-síntese construído mostra uma clara deterioração no período analisado” (Saboia, 1999, p. 6).

Partindo de tais estudos, e tendo por referência as considerações a respeito das mudanças no mercado de trabalho regional, passou-se à construção do Índice de Precarização. Assim, ao escolher os componentes do Índice, buscou-se abarcar a complexidade do fenômeno em estudo, incluindo dimensões que configurassem fatores determinantes da qualidade das inserções dos indivíduos no mercado de trabalho e que, ao mesmo tempo, pudessem revelar níveis diferenciados de precariedade.

Inicialmente foram definidas três dimensões – condições de inserção ocupacional, desemprego e rendimentos do trabalho – às quais incorporam-se oito indicadores considerados básicos para avaliar as condições de inserção da PEA, conforme apresentado na figura abaixo.

Figura 1. **Diagrama de construção do Índice de Precarização.**



No que se refere às *condições de inserção ocupacional*, privilegiou-se a proteção social associada ao trabalho, incluindo-se, como indicadores principais, os relativos às categorias de inserção considerados padrão do sistema capitalista – assalariados do setor privado, com carteira de trabalho assinada, e trabalhadores do setor público (estatutários e com carteira de trabalho assinada). Adicionalmente foram contemplados os trabalhadores que declararam contribuir para a previdência social, pertencentes às demais formas de inserção ocupacional, o que lhes garante o amparo da legislação em vigor. Desse modo, as categorias selecionadas permitem abarcar todo o conjunto de trabalhadores vinculados ao Sistema de Proteção Social, sendo mais abrangente, portanto, que a maioria dos estudos que abordam esse tema, os quais tendem a fazer referência apenas aos trabalhadores assalariados com vínculo formal.

Como indicador complementar foi selecionado, ainda, o tempo médio de permanência no trabalho, que fornece uma indicação da rotatividade da mão-de-obra e oferece elementos para se avaliar níveis de estabilidade ou de instabilidade na ocupação.

A segunda dimensão contempla o *desemprego*, considerando-se como variável básica a taxa de desemprego total, que inclui os três tipos de desemprego considerados pela PED – aberto, oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento. Essas formas de desemprego procuram abarcar as características do desemprego em mercados de trabalho como o brasileiro, em que os mecanismos institucionais de proteção ao desempregado contemplam parcela restrita da força de trabalho nessa condição e têm duração limitada e insuficiente, especialmente ao se ter presente que o tempo médio despendido na procura por trabalho elevou-se para cerca de um ano a partir do final da década de 90, nas regiões metropolitanas pesquisadas pela PED⁹.

A esse indicador acrescentaram-se outras duas variáveis que incorporam elementos que permitem melhor qualificar a condição de desemprego e seus impactos sobre a população – o tempo médio despendido na procura por trabalho e a taxa de desemprego dos chefes de domicílio.

Como terceira e última dimensão, considera-se o *rendimento do trabalho*, tendo como principal variável o rendimento médio real por hora trabalhada, dado que, além de ser um indicador bastante utilizado, tem a vantagem – frente ao indicador comumente empregado, que seria o rendimento médio real mensal – de contornar possíveis diferenciais de rendimentos médios advindos de diferenças no tamanho da jornada de trabalho. Além do nível de rendimento, a desigualdade na distribuição dos rendimentos é um outro indicador importante das condições do mercado de trabalho, especialmente em países como o Brasil, de elevada desigualdade de

⁹ Conforme dados apresentados em DIEESE (2001, p. 56), esse indicador variava entre 10 e 15 meses nas regiões pesquisadas.

renda. Assim, foi acrescido um indicador de desigualdade, optando-se pelo índice de Gini, largamente utilizado em estudos sobre rendimentos.

Uma vez feita a escolha das três dimensões e das variáveis que as integram, e seguindo a metodologia de construção do Índice de Precarização, detalhada a seguir, procedeu-se à ponderação das variáveis conforme o grau de importância atribuído a cada uma delas. Esses três grupos de indicadores são utilizados na composição do indicador-síntese do mercado de trabalho, o IP, cujos valores variam entre zero e um, de tal modo que seu crescimento significa melhoria das condições do mercado de trabalho e, contrariamente, sua queda revela deterioração de tais condições.

1. 2. Índice de Precarização: metodologia de cálculo

A metodologia para a elaboração do Índice de Precarização foi inspirada no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, criado pela ONU, no início dos anos 90, para acompanhar o desenvolvimento social mundial (UNDP, 1990). A partir dessa experiência, a metodologia do IDH vem fundamentando a construção de indicadores sintéticos para avaliar graus de desenvolvimento de regiões ou países,¹⁰ bem como condições do mercado de trabalho e sua evolução ao longo dos últimos anos.

Com base nessa metodologia, a construção do Índice de Precarização pautou-se pela incorporação das três dimensões definidas anteriormente, com as quais se procurou abarcar os principais aspectos relativos às condições de inserção da População Economicamente Ativa no mercado de trabalho metropolitano. Para o cálculo do IP foram igualmente considerados os oito indicadores associados a cada dimensão, conforme visualizado na Figura 1.

Para a construção dos índices-síntese de cada dimensão, é necessário que todos os índices parciais apontem para uma mesma direção, de modo que um valor elevado para uma estatística deve, necessariamente, indicar resultado similar, em termos de avaliação, a valores elevados nas demais estatísticas. No presente caso, os índices foram padronizados de forma que valores altos expressassem melhores condições do mercado de trabalho, enquanto valores baixos indicassem condições menos favoráveis.

Quanto à inserção ocupacional, as três variáveis/estatísticas selecionadas apresentam relação direta com o índice a ser construído para cada uma delas, ou seja, quanto maior o valor apurado para cada uma dessas estatísticas, maior será o valor do índice resultante, uma vez que o

aumento nas estatísticas representa melhora nas condições do mercado de trabalho. Portanto, esses três indicadores são considerados positivamente na composição do IP.

Já as três variáveis que compõem a dimensão desemprego apresentam relação indireta ou contrária com o índice a ser construído para as mesmas, pois valores maiores dessas estatísticas representam deterioração do mercado de trabalho e, portanto, devem resultar em índices com valores baixos. Assim, os indicadores de desemprego são tidos como negativos para a composição do IP, uma vez que seu crescimento indica situações menos favoráveis de inserção no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que afetam a situação dos desempregados, ampliando o tempo em desemprego ou, no caso dos chefes de domicílio, pela queda na qualidade de vida do grupo familiar, pois geralmente o chefe tem a maior contribuição ao orçamento desse grupo.

As duas estatísticas sobre rendimento, por sua vez, apresentam diferenças na construção do índice. O rendimento médio por hora apresenta relação direta com o índice a ser construído, enquanto o índice de Gini apresenta relação indireta. Ou seja, um aumento no rendimento tem contribuição positiva para o IP, pois a renda tem estreita relação com a qualidade de vida de toda a população, especialmente em um país como o Brasil, de elevada pobreza e baixos rendimentos do trabalho. Inversamente, o indicador referente ao índice de Gini afeta negativamente o IP, pois seu crescimento indica piora na distribuição dos rendimentos, aumentando a desigualdade de renda.

Do total das oito variáveis utilizadas para a construção do índice-síntese geral, sete delas – exceção feita ao índice de Gini – tiveram seus valores máximos e mínimos parametrizados através dos valores históricos mensais observados entre os meses de julho de 1992 e junho de 2004, perfazendo 12 anos de série histórica da PED-RMPA. A variável índice de Gini, pelo fato de já ser um índice e possuir a propriedade de variar entre zero e um, foi utilizada diretamente, ou melhor, subtraiu-se seu valor da unidade “1”, para que apresentasse relação direta com os demais índices.

Para o cálculo do IP utilizaram-se as fórmulas abaixo:

(1) para aquelas estatísticas cujo crescimento significa melhoria (ex.: rendimento), o índice é calculado por:

$$IP = (E - E_{min}) / (E_{max} - E_{min})$$

Onde : E = valor da estatística escolhida

E_{max} = valor máximo

¹⁰ Referentemente à criação de outros índices de desenvolvimento, observa-se que eles geralmente têm buscado ampliar o número de variáveis incorporadas, uma vez que são considerados muito restritos os indicadores levados em conta pelo IDH (renda *per capita*, taxa de analfabetismo, número de anos de estudo e expectativa de vida ao nascer). Apenas para exemplificar, podem ser citados o Índice Social Municipal Ampliado e o IDESE, ambos para o Rio Grande do Sul, que levam

E_{\min} = valor mínimo

(2) para as estatísticas cujo crescimento significa piora (ex.: taxa de desemprego), o índice é calculado por:

$$IP = (E - E_{\max}) / (E_{\min} - E_{\max})$$

Os dados são apresentados na forma de índice, compreendendo três conjuntos: inicialmente são apresentados oito índices que representam a variabilidade de cada indicador isolado, nos seis biênios em estudo; seguem três índices-síntese, correspondentes às dimensões enfocadas; e, por fim, o índice-síntese geral, construído a partir dos índices-síntese de cada dimensão.

Dado o interesse em investigar o comportamento do índice sob o recorte de gênero, o mesmo rol de indicadores foi aplicado para os subconjuntos de homens e mulheres, igualmente considerando os seis biênios. Acompanhando essa decisão, optou-se por trabalhar com os valores máximos e mínimos observados ao longo dos 10 anos da série da PED para cada um dos segmentos, conforme o sexo. Essa parametrização possibilita comparar os resultados obtidos para o mercado de trabalho, globalmente considerado, com aqueles relativos aos dois segmentos populacionais referidos: feminino e masculino.

As fórmulas utilizadas para as diferentes etapas de cálculo do IP são as seguintes:

$$\begin{aligned} I_{11} &= \frac{X_{11} - 50,5}{64,1 - 50,5} & I_{31} &= \frac{X_{31} - 3,24}{6,07 - 3,24} \\ I_{12} &= \frac{X_{12} - 33,1}{46,7 - 33,1} & I_{32} &= 1 - X_{32} \\ I_{13} &= \frac{X_{13} - 55}{73 - 55} & I_1 &= 0,5 * I_{11} + 0,17 * I_{12} + 0,33 * I_{13} \\ I_{21} &= \frac{X_{21} - 22,7}{8 - 22,7} & I_2 &= 0,5 * I_{21} + 0,33 * I_{22} + 0,17 * I_{23} \\ I_{22} &= \frac{X_{22} - 12}{4 - 12} & I_3 &= 0,67 * I_{31} + 0,33 * I_{32} \\ I_{23} &= \frac{X_{23} - 18,4}{4,5 - 18,4} & I &= 0,33 * I_1 + 0,33 * I_2 + 0,33 * I_3 \end{aligned}$$

Para o cálculo de cada indicador foram, ainda, atribuídos pesos conforme a importância e a abrangência de cada um dos aspectos selecionados. Assim, as três dimensões receberam pesos equivalentes, de 1/3 do total cada uma. Dentro de cada grupo, o indicador considerado mais importante para a dimensão estudada recebeu um peso maior, de pelo menos a metade daquele

atribuído ao grupo, sendo o restante distribuído entre os indicadores complementares, conforme demonstrado nas fórmulas acima.

2. Índice de Precarização indica deterioração do mercado de trabalho da RMPA

Uma análise geral da evolução do Índice de Precarização sinaliza tendência de piora nas condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho da RMPA, não obstante terem-se registrado oscilações e mesmo sentidos divergentes nos índices parciais, relativos às variáveis selecionadas para cada dimensão, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1 - Índices de precarização, total e segundo o sexo dos trabalhadores – subperíodos 1 (jul./92 - jun./94), 2 (jul./94 - jun./96), 3 (jul./96 - jun./98), 4 (jul./98 - jun./00), 5 (jul./00 - jun./02) e 6 (jul./02 - jun./04)

INDICADORES	SUBPERÍODOS																	
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6
	Total						Homens						Mulheres					
Percentual de assalariados do setor privado, com carteira e trabalhadores do setor público	0,76	0,63	0,54	0,29	0,31	0,37	0,87	0,75	0,61	0,40	0,41	0,45	0,59	0,47	0,42	0,15	0,17	0,26
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para previdência	0,63	0,45	0,65	0,40	0,24	0,14	0,81	0,43	0,60	0,34	0,15	0,03	0,39	0,46	0,71	0,47	0,36	0,26
Tempo médio de permanência no trabalho atual (em meses)	0,39	0,61	0,56	0,50	0,56	0,67	0,61	0,83	0,72	0,67	0,67	0,78	0,11	0,28	0,33	0,33	0,33	0,50
Taxa global de desemprego	0,69	0,77	0,62	0,31	0,50	0,44	0,79	0,86	0,70	0,47	0,67	0,61	0,56	0,64	0,50	0,12	0,29	0,22
Tempo médio de procura de trabalho (em meses)	0,75	0,75	0,50	0,13	0,25	0,25	0,88	0,75	0,50	0,13	0,25	0,25	0,75	0,75	0,38	0,13	0,13	0,13
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio	0,80	0,84	0,69	0,50	0,66	0,63	0,83	0,87	0,73	0,56	0,73	0,71	0,58	0,65	0,53	0,24	0,39	0,32
Rendimento médio real por hora trabalhada	0,40	0,46	0,63	0,53	0,47	0,36	0,59	0,63	0,79	0,71	0,63	0,46	0,11	0,24	0,40	0,32	0,27	0,20
Índice de Gini	0,53	0,54	0,56	0,55	0,54	0,55	0,54	0,56	0,57	0,56	0,56	0,56	0,54	0,54	0,56	0,54	0,54	0,56
DIMENSÕES																		
Condição de inserção ocupacional	0,61	0,59	0,56	0,38	0,38	0,43	0,77	0,73	0,65	0,48	0,45	0,49	0,40	0,41	0,44	0,27	0,26	0,34
Desemprego	0,73	0,77	0,59	0,28	0,45	0,41	0,83	0,82	0,64	0,37	0,54	0,51	0,62	0,68	0,46	0,14	0,25	0,21
Rendimento	0,45	0,49	0,61	0,54	0,49	0,42	0,57	0,60	0,72	0,66	0,61	0,49	0,25	0,34	0,46	0,39	0,36	0,32
ÍNDICE DE PRECARIZAÇÃO	0,6	0,62	0,59	0,4	0,44	0,42	0,72	0,72	0,67	0,5	0,53	0,50	0,42	0,47	0,45	0,27	0,29	0,29

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio da PMPA.

O exame do Quadro revela, também, que a situação mais favorável configurou-se no segundo subperíodo, que corresponde ao intervalo de tempo imediatamente após a implementação do Plano Real, de 1994, em que vários dos índices relativos aos indicadores atingiram o pico mais elevado e outros apresentaram crescimento relativamente ao período inicial. Após esses sinais de melhora quase generalizada, a situação tendeu a se deteriorar, atingindo a condição mais crítica no quarto subperíodo. Na fase final, percebe-se discreta recuperação na maioria dos índices parciais, não obstante a vasta maioria deles se situarem em níveis inferiores aos observados no ponto inicial.

Cabe observar que a evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, entre 1992 e 2004, seguiram um curso semelhante ao verificado no âmbito nacional, revelando comportamentos com estreita vinculação à condução da economia e da política no âmbito federal e, em menor medida, no estadual (Ramos e Brito, 2004; Toni, 2002). Em relação ao Estado gaúcho, cabe salientar algumas especificidades que contribuíram para os resultados evidenciados no mercado de trabalho de sua Região Metropolitana, captados pelo Índice de Precarização. Ocorre que, não obstante o desempenho positivo da economia nacional nos primeiros anos subseqüentes à implantação do Plano Real, que logrou a estabilização dos preços, para o RS foram particularmente agudos alguns dos impactos negativos do ambiente econômico então vigente, dadas as baixas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)¹¹ e, especialmente, a sobrevalorização cambial. Isto é, com um perfil econômico que tem no mercado exportador um dos principais dinamizadores e no qual sobressai a indústria calçadista, sediada quase que inteiramente na RMPA, como já se referiu, a economia estadual foi afetada pelas restrições às exportações e pela forte concorrência de produtos importados, especialmente os calçados da China¹².

Modificações na política econômica a partir de 1999 – com destaque para a adoção do regime de câmbio flutuante – repercutiram positivamente sobre a economia nacional e regional, verificando-se desempenho mais positivo do PIB gaúcho, que variou entre 3,0% e 4,4% entre 1999 e 2001, desacelerando, entretanto, no ano seguinte, para se situar em 1,1%, em 2002. Tal conjuntura teve repercussões positivas sobre o mercado de trabalho, que também foi de algum modo favorecido pela orientação político-partidária do governo que assumiu o Estado no período 1999-2002, do Partido dos Trabalhadores. Isto porque, entre outros aspectos, o programa daquele governo se contrapunha à privatização de empresas estatais e a incentivos à demissão voluntária ou à aposentadoria precoce de trabalhadores do setor público – medidas dessa natureza ganharam efetividade em gestões anteriores, no bojo das políticas de corte neoliberal que se propagaram no período – e declarava apoio efetivo a pequenas e médias empresas, fatores esses que tendem a impactar positivamente o nível de emprego.

¹¹ Na década de 90 a taxa média de crescimento do PIB brasileiro foi de apenas 2,7% a. a., com taxas anuais que oscilaram entre -0,5% em 1992 e 5,9% em 1994. Entre 2000 e 2004 somente nas duas pontas houve variação positiva importante do PIB (em torno de 5% a. a.), ficando os demais anos com taxas abaixo dos 2%. O PIB do Rio Grande do Sul, por sua vez, ficou um pouco acima do nacional, acompanhando, entretanto, o fraco desempenho deste e se situando em 2,9% a. a., na década de 90. Entre 2000 e 2004 o desempenho foi geralmente melhor que o nacional, exceção feita ao último ano (3,0% para o RS e 4,9% para o Brasil) (Carta de Conjuntura FEE, 2003; Schetter, 2004; IBGE, 2006).

¹² O RS é um dos principais estados exportadores do País, oscilando entre o segundo e o terceiro lugar em uma lista capitaneada por São Paulo. Dados recentes situam o Estado em segundo lugar, com participação de 10,8% no total das exportações brasileiras, logo abaixo de São Paulo (32,4%) e tendo como concorrentes próximos Minas Gerais (10,7%) e Paraná (9,3%) (Zero Hora, 2004).

A melhora registrada, todavia, não se sustentou, tendo sido prejudicada tanto por fatores externos quanto internos, adversos. No primeiro caso cabe referir o desaquecimento da economia americana, exacerbado pelos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, e o agravamento da crise generalizada na Argentina, problemas esses que afetaram justamente os dois principais parceiros comerciais do Estado¹³. Internamente, aos problemas do País, acrescentaram-se turbulências que marcaram o ano eleitoral de 2002, já comentadas, o que suscitou incertezas de várias ordens, gerando aumento do risco Brasil, desvalorização cambial, crescimento das taxas de juros e da inflação, entre outras conseqüências. Ao final do período registra-se nova fase de recuperação dos principais indicadores econômicos nacionais e um desempenho mais favorável registrado no Estado – o PIB volta a crescer no Estado (4,8% em 2003 e 3,0% em 2004), embora se recupere, no País, apenas em 2004, quando atingiu 4,9% – calcado no excelente resultado das exportações, que dinamizou a indústria em ambos os anos, e no bom desempenho da agroindústria, em 2003.

Tendo presente esse contexto e voltando o foco da análise para o comportamento do Índice de Precarização, segundo as três dimensões selecionadas – condições de inserção ocupacional, desemprego e rendimentos –, constata-se que o padrão geral antes aludido descreve mais apropriadamente a evolução das duas primeiras dimensões, uma vez que os rendimentos apresentaram comportamento um tanto diferenciado. Ou seja, além dessa dimensão ter sido a única em que os índices relativos aos indicadores mostraram certa estabilidade ao se comparar as duas pontas do período, a variação dos mesmos foi francamente positiva até o 3º subperíodo, invertendo essa trajetória a partir de então, revelando-se declinante até o final.

Quanto à inserção ocupacional, os índices parciais mostraram tendências divergentes: o índice relativo à parcela de assalariados com vínculo legal caiu de modo continuado até o 4º subperíodo, apresentando alguma recuperação mais expressiva apenas ao final (o índice variou de 0,76 a 0,37 nos pontos extremos do período); aquele referente ao tempo médio de permanência na ocupação elevou-se (0,39 no 1º subperíodo e 0,67 no último), oscilando sempre acima do inicialmente registrado; e, o índice correspondente ao percentual de outros trabalhadores que contribuem para a previdência seguiu mais de perto o padrão geral, com nítida piora após o 3º subperíodo.

Como resultado, o comportamento decrescente do índice da dimensão enfocada, que passou de 0,61 para 0,43 nos extremos do período, pode ser atribuído à retração da parcela de trabalhadores com vínculo legalizado, que atingiu indivíduos de ambos os sexos, e daquela de

¹³ No caso das exportações gaúchas de calçados, os EUA são o país de destino para quase $\frac{3}{4}$ do total (71,21%, em 2001), seguindo-se a Argentina (6,50%) e o Reino Unido (6,09%). Em que pese essa proporção ter-se mantido, para os EUA e o

contribuintes à previdência social pública, diminuição essa especialmente acentuada entre os homens. Em outras palavras, o declínio da proteção social afetou sobremaneira as condições de inserção ocupacional, refletindo-se na queda do índice de inserção ocupacional.

Os índices referentes à dimensão desemprego apresentaram tendência de piora, com apenas duas oscilações favoráveis, ocorridas no 2º e no 4º subperíodos. Ao lado do índice referente ao indicador taxa de desemprego (0,69 e 0,44 nos pontos extremos), cuja interferência para a queda do índice geral dessa dimensão foi expressiva, destaca-se a contribuição do índice relativo ao indicador tempo médio de procura de trabalho, o qual recuou de 0,75 para 0,25, no decorrer do período em foco. Quanto a esse último, o recuo do índice parcial foi expressivo para ambos os sexos, denotando intenso aumento do tempo de procura por trabalho. Já, na taxa de desemprego, a contribuição maior coube ao índice obtido para as mulheres, que variou de 0,56, no 1º subperíodo, para 0,22, ao final, ao passo que entre os homens os índices respectivos foram de 0,79 e 0,61.

O rendimento singularizou-se por ser a única dimensão em que todos os indicadores acusaram certa estabilidade considerando-se os pontos extremos do período, não obstante os dois indicadores componentes tenham evoluído de forma bem distinta. O índice referente ao rendimento médio real evoluiu favoravelmente até o 3º subperíodo, quando atingiu seu ápice (0,63 frente aos 0,40 iniciais), refletindo ganhos no rendimento médio real em boa parte associados aos reflexos da estabilização monetária. Após esse período inverte-se o movimento e o índice despenca de forma continuada até o final, o que acabou por anular os ganhos anteriormente obtidos. Já o índice relativo ao indicador índice de Gini teve oscilações bem menos bruscas. Ao final do período, ambos os índices se situavam em patamares próximos aos vigentes no início, sendo que o índice relativo ao indicador rendimento médio real situava-se um pouco abaixo (0,40 e 0,36, nos pontos extremos), enquanto que o do índice de Gini ficou ligeiramente acima (0,53 e 0,55, respectivamente), revelando pequena melhora na distribuição de renda entre os trabalhadores. Portanto, as variações mais acentuadas no primeiro contribuíram em maior grau para os resultados observados no índice parcial de rendimentos, o qual, partindo de 0,45, atingiu seu pico no 3º subperíodo, quando alcançou 0,61, para se posicionar próximo ao valor inicial, no último subperíodo (0,42).

No recorte por gênero, registrou-se comportamento similar, cabendo ressaltar que, para as mulheres, ainda que o índice relativo ao rendimento médio real seja bastante inferior ao observado entre os homens, ele apresentou crescimento mais acentuado, denotando ganhos relativamente maiores para o contingente feminino. Para este segmento o índice do rendimento

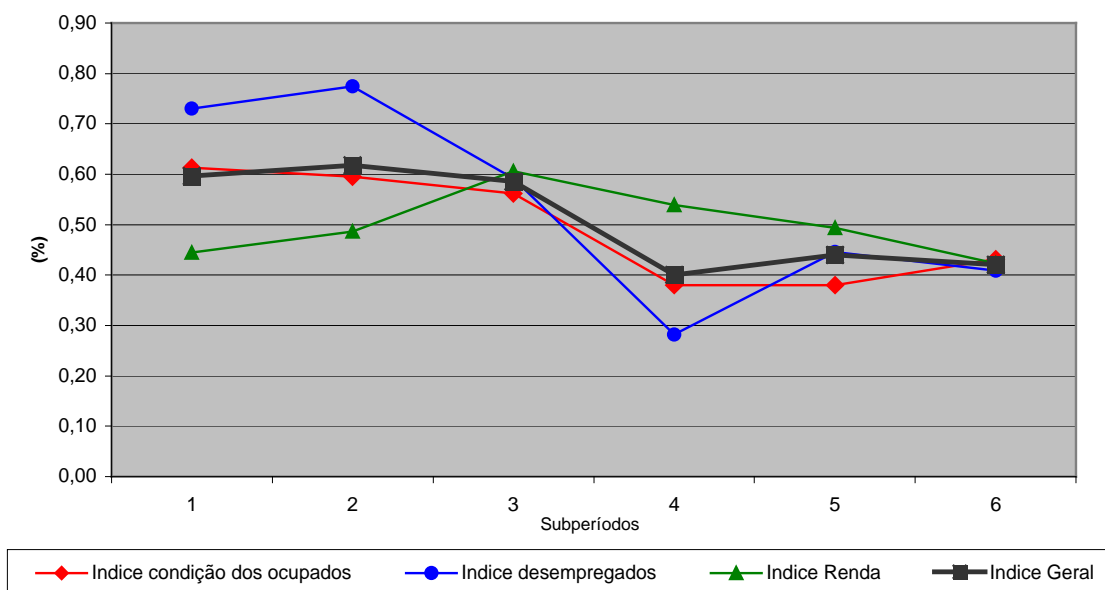
médio real se situava, ao final do período, em patamar ainda acima do observado no início (0,11 no início e 0,20 ao final), ao contrário do que se observou para o grupo masculino.

Quanto ao índice referente ao indicador índice de Gini, prevaleceu uma relativa estabilidade e seus valores apresentaram-se bastante próximos quando se examinam os dados segundo o sexo dos trabalhadores. Ainda assim, observou-se discreta elevação desse índice entre os trabalhadores de ambos os sexos (0,54 e 0,56 nos pontos extremos), o que sinaliza uma pequena melhoria na distribuição dos rendimentos.

Considerando as três dimensões selecionadas, verificou-se que os índices respectivos apresentaram oscilações variadas, de acordo com o expresso no Gráfico 1, embora tenham convergido, todos eles, para piores condições de inserção no mercado de trabalho regional. Ademais, enquanto ao final do período o índice parcial de inserção ocupacional mostrou certa estabilidade (notadamente a partir do 4º subperíodo) e o de desemprego, após elevação entre o 4º e 5º subperíodos, também se estabilizou, o indicador para o rendimento seguiu declinando.

Uma avaliação conjunta desses movimentos é possibilitada pela análise do Índice Geral de Precarização, que constitui uma medida sintética abrangendo esse comportamento diferenciado das oito variáveis escolhidas com vistas a permitir uma avaliação das condições gerais de inserção no mercado de trabalho da RMPA, entre 1992 e 2004. Desse modo, analisando a evolução do IP no decorrer do período em foco, verifica-se ter havido uma deterioração das condições gerais de inserção da População Economicamente Ativa no mercado de trabalho metropolitano.

Gráfico 1. Índices parciais e índice de precarização, na RMPA – subperíodos 1 a 6



FONTE: Quadro 1.

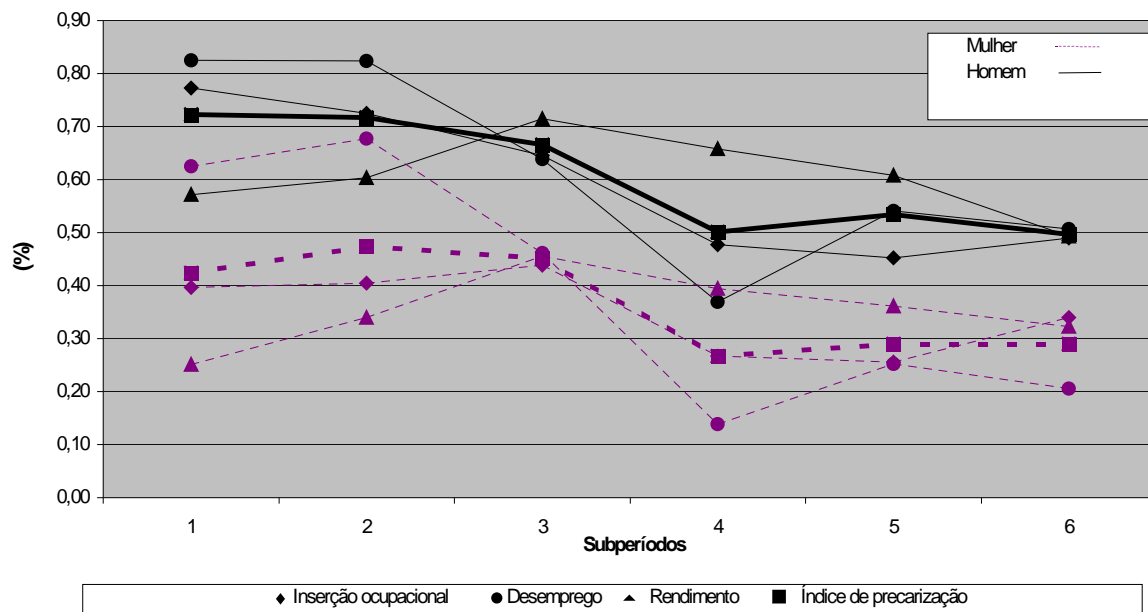
Não obstante terem-se registrado oscilações do IP no decorrer do período, há uma clara tendência de queda, manifesta entre os subperíodos 2 e 4, resultando em um IP de 0,42 no final da série, face aos 0,60 do início. Detalhando a análise, observa-se relativa estabilidade do IP até o 3º subperíodo – em torno de 0,60 –, sustentada, inicialmente, pelos resultados positivos dos índices correspondentes às dimensões rendimento e desemprego, cuja evolução foi favorável até o segundo subperíodo, e rendimento, isoladamente, no 3º visto que o índice parcial de inserção ocupacional declinou continuamente nesse intervalo de tempo. A queda acentuada do IP no 4º subperíodo, quando atingiu 0,40 – o seu nível mais baixo – refletiu o recuo conjunto de todos os índices parciais. Ao final, essa queda foi apenas em parte revertida graças ao resultado relativamente mais positivo dos índices parciais de desemprego e de inserção ocupacional, que contra-arrestou em alguma medida o comportamento desfavorável do índice parcial de rendimento.

Essa recuperação do IP ao final do período pode ser considerada ainda frágil, dado que não apresenta um movimento linear de elevação, não autorizando, portanto, que se vislumbre alguma tendência mais consistente quanto a uma evolução favorável do Índice Geral no futuro próximo. Tal percepção é reforçada quando se incorporam à análise dados mais recentes, relativos aos anos de 2004 e 2005, em que, não obstante o mercado de trabalho ter evoluído de modo positivo, nem todos os indicadores mostraram recuperação consistente. De fato, informações da PED-RMPA em bases anuais revelam, de positivo, o crescimento continuado do nível de ocupação – assentado especialmente no aumento do contingente de trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, no setor privado, portanto, com proteção social – e o recuo do desemprego,

embora a taxa global de desemprego se mantenha acima da observada nos primeiros anos da série da Pesquisa (14,5% da PEA, em 2005, face aos 12,2% de 1993). No pólo contrário, o rendimento médio real do trabalho não registrou alterações favoráveis, esboçando tênue recuperação em 2005, de apenas 1,5%, após tendência de queda por quatro anos consecutivos – entre 2000 e 2004 esse indicador acumulou perdas da ordem de 13,9%, atingindo, em 2004, o valor mais baixo da série da PED-RMPA (R\$ 896,00, em valores de nov./2005) (Informe PED, 2006). Ademais, entre os trabalhadores que não detém contrato de trabalho padrão – principalmente os autônomos, os assalariados sem carteira de trabalho assinada e os empregados domésticos –, a parcela excluída dos benefícios sociais continua elevada e crescente, chegando a quase dois terços do total de trabalhadores desse segmento. O desempenho da economia do Estado do RS, por seu turno, jogou mais um forte componente de incerteza nesse quadro, uma vez que o PIB de 2005 sofreu importante revés, com queda de 4,8%. Nesse ano, o resultado esteve associado à estiagem que atingiu o Estado combinada com a desaceleração das exportações, novamente prejudicadas pelo câmbio desfavorável ante à valorização da moeda nacional no decorrer de 2005, o que acabou por afetar negativamente a competitividade da indústria regional tanto quanto a nacional – no País o PIB cresceu apenas 2,3% em 2005, bem abaixo dos 4,9% registrados em 2004.

Passando a analisar a composição do IP sob o recorte de gênero, sobressai de imediato o fato de que os índices para a força de trabalho feminina situavam-se nítida e sistematicamente em patamares inferiores aos calculados para os trabalhadores do sexo masculino, como mostra o Gráfico 2. Não sendo este um achado inusitado, o fato mais uma vez corrobora a condição discriminatória que marca a inserção laboral feminina. Tal situação se manifesta em todas as dimensões destacadas e, nos casos em que os índices apresentam-se bastante baixos, indica níveis de precariedade, para as mulheres, que se aproximam das condições mais desfavoráveis registradas pela série da PED-RMPA.

Gráfico 2 - Índices parciais e índice de precarização, por sexo, na RMPA - subperíodos 1 a 6



FONTE: Quadro 1.

Todavia, um comportamento diferenciado e surpreendente, no caso feminino, foi observado no tocante à evolução do índice parcial relativo ao percentual de outros trabalhadores que contribuem para a previdência. Isto porque, sendo a cobertura previdenciária geralmente inferior entre as mulheres trabalhadoras, a situação se inverteu ao longo da série, pois, para o contingente feminino, o índice específico dessa variável cresceu até o 3º subperíodo, arrefecendo após, para encerrar o período em nível abaixo do inicialmente observado (0,39 no início, 0,71 no 3º subperíodo e 0,26 ao final). Entre os homens, ao contrário, houve uma única oscilação positiva, do 2º para o 3º subperíodo, mas o índice não só esteve sempre em patamares inferiores ao expresso no ponto inicial (0,81), como encerrou o período bem perto da pior situação observada na série – o índice de 0,03 indica proximidade ao valor mínimo observado na série da PED-RMPA, que foi de apenas 33,1% de contribuintes à previdência. Com tal evolução, o índice relativo ao contingente feminino, exceção feita ao 1º subperíodo, esteve sempre acima do observado para os trabalhadores do sexo masculino.

De todo modo, a análise desses dados sugere que, para manter a ocupação ou para ingressar no mercado de trabalho, a “opção” de muitos trabalhadores – na realidade, muitas das vezes uma imposição, face à ausência de outras alternativas – implicou uma troca perversa no sentido de aproveitar oportunidades de trabalho e de rendimentos, talvez promissoras, mas também muito concorridas, às custas da proteção social. Em decorrência, esses indivíduos acabam se expondo a maiores riscos no presente, alguns dos quais podem ser transferidos para o futuro, reduzindo possibilidades de garantia de uma qualidade de vida melhor, à medida que, por

exemplo, não podem se beneficiar do seguro-desemprego e tampouco contabilizam o tempo de trabalho com vistas a uma aposentadoria remunerada.

Resumindo, pode-se afirmar que a utilização de um índice-síntese, como instrumental estatístico capaz de indicar a direção de um conjunto de variáveis que evoluem de modo distinto e por vezes apresentam oscilações opostas, mostrou ser um recurso valioso para a análise da evolução das formas de inserção e das condições presentes no mercado de trabalho da RMPA. O IP aponta, efetivamente, para uma maior precarização no mercado de trabalho metropolitano, resultante do comportamento desfavorável da maior parte dos indicadores selecionados, que convergiram para as situações mais precárias apresentadas na série da PED-RMPA durante os 12 primeiros anos de existência da Pesquisa. Mesmo os resultados positivos registrados em alguns dos indicadores parciais – tais como o tempo de permanência na ocupação e o índice de Gini – e a melhora quase generalizada nos dois últimos subperíodos, não lograram compensar as perdas ocorridas previamente.

Anexo

Quadro A

Valores-limite relativos aos indicadores componentes do Índice de Precarização.

VARIÁVEL (ESTATÍSTICA)	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO
Percentual de assalariados do setor privado com carteira assinada e trabalhadores do setor público	50,5	64,1
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para previdência	33,1	46,7
Tempo médio de permanência no trabalho atual (em meses)	55	73
Taxa global de desemprego	8	22,7
Tempo médio de procura de trabalho (em meses)	4	12
Taxa de desemprego do chefe do domicílio	4,5	18,4
Rendimento médio por hora trabalhada	3,24	6,07
Índice de Gini	NA	NA

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio da PMPA.

Referências

- ALONSO J. A. F. (2001); “Caracterização econômica da Região Metropolitana de Porto Alegre”, Indicadores Econômicos FEE; Porto Alegre, FEE, v. 29, n. 1, p. 253-93.
- _____. (2004); “Efeitos da reestruturação produtiva na dinâmica da Região Metropolitana de Porto Alegre na década de 90”. *Desigualdades Sócioespaciais na Região Metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística/ NERU, Cd-Rom
- BRONSTEIN, A. S. (1995); “Cambio social y relaciones de trabajo en América Latina: balance y perspectivas”, Revista Internacional del Trabajo; Geneva, ILO, v. 114, n. 2.
- CACCIAMALI, M. C. (2000); “Proceso de informalidad y sector informal – Reexamen de una discusión”, Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales; Caracas, Universidad Central de Venezuela, v. 6, n. 3, p. 95-110.
- CARTA DE CONJUNTURA FEE (2002); Porto Alegre, FEE, ano 11, n. 10.
- CARTA DE CONJUNTURA FEE (2003); Porto Alegre, FEE, ano 12, n. 1.
- CASTEL, Robert (1998); *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, Petrópolis, Vozes, 611p.
- CASTILHOS, C. C.; PASSOS, M. C. (Coords.). (1998); *Indústria gaúcha – competitividade e inovação*, Porto Alegre, FEE, UNISINOS, 233p.
- DE LA GARZA, E. (Coord.). (2000); *Tratado latinoamericano de sociología del trabajo*, México, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 773p.
- DIEESE (2001); *A situação do trabalho no Brasil*, São Paulo, DIEESE, 352 p.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (Porto Alegre) (2006); *Estatísticas FEE-PIB*. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>>. Acesso em: 02 mar. 2006.
- FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE (1995); *Pesquisa de Emprego e Desemprego – Relatório Metodológico*, São Paulo, Fundação SEADE.
- GAZETA MERCANTIL (2004); São Paulo, 26 fev. 2004.
- INFORME PED, Porto Alegre, FEE/FGTAS-RS, DIEESE, Fundação SEADE-SP. Anos 9, 10, 11, 12, 13 e 14; número especial, jan. 2001; jan. 2002; jan. 2003; jan. 2004; jan. 2005; jan. 2006.
- IBGE (2006); Rio de Janeiro. *Contas Nacionais*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2003/tab050607.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2006.
- JORNADA, M. I. H. *et al.* (1999); “Modernização industrial e qualificação da força de trabalho: algumas reflexões a partir do caso da indústria mecânica gaúcha”, In (CASTILHOS C. C. *et al.*), *Impactos sociais e territoriais da reestruturação econômica no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, FEE, Convênio FEE-FINEP.
- MATTOSO, Jorge (1995); *A Desordem do Trabalho*, São Paulo, Scritta.
- MILLER, Lílian M. (1999); *A qualidade do emprego em serviços: análise dos anos 1990 no Brasil*, Rio de Janeiro, UFRJ, 168 p.
- MOUTINHO, Paulo; GOUVEA, Victor Hugo; KLAGSBRUNN, Victor Hugo (2002); “Um indicador de qualidade do mercado de trabalho para o caso da região metropolitana do Rio de Janeiro e em comparação com seis regiões metropolitanas brasileiras”, In (ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 7), *Anais*, Curitiba.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Global Employment Trends 2002*. Geneva: OIT, Overview and Chapter 1, p. 1-22, 2003. Disponível em: <http://www.oit.org>. Acesso em 12/02/2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *The future of work, employment and social protection*. Lyon: OIT, 128p., 2002. Disponível em: www.ilo.org/public/english/bureau/inst/papers/confnce/lyon2002/docs.htm. Acesso em 05/10/2004

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (Orgs.). (2003); *Atlas da exclusão social no Brasil*, São Paulo, Cortez.

RAMOS, Lauro; BRITTO, Marcelo (2004); *O funcionamento no mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991–2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais*, Rio de Janeiro, IPEA, mar. 2004, (Texto para discussão n. 1011).

REVISTA LATINO AMERICANA DE ESTUDIOS DEL TRABAJO (1999); México DF, ALAST, ano 5, n. 9.

SABOIA, João L. M. (1999); “Um Novo Índice para o Mercado de Trabalho Urbano no Brasil”, In (ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO DO TRABALHO, 6), *Anais*, ABET, Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/vienc/ST7B.doc>. Acesso em: 13/03/2002.

SCHETTERT, M. C. (2005); “Desempenho da Economia Gaúcha em 2004” *Revista Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística; vol. 32, n. 4, p. 7-28.

TONI, Míriam De (2004); *Para onde vai o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho - um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre, UFRGS. Tese de doutorado em Sociologia, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia-IFCH-PPGS/UFRGS-RS/Brasil. 303p.

TONI, Míriam De (2003); “Visões sobre o trabalho em transformação”, *Sociologias* 9. Porto Alegre, UFRGS, IFCH, ano 5, n. 9, p. 246-286.

TONI, Míriam De (2002); “Trabalho e precarização: um estudo do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90”, In (WILTGEN, R. S.; GARCIA, L. S.), *Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA*, Porto Alegre, FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, FAT/TEM, PMPA, p. 66-96.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM (UNDP) (1990); *Human Development Report*, New York-Oxford, Oxford Un. Press.

WINCKLER, Carlos Roberto (Coord.) (2002); “Índice social municipal ampliado para o Rio Grande do Sul 1991-98”, *Documentos FEE* 48, Porto Alegre, FEE, 72p.

ZERO HORA (2004); Porto Alegre: RBS, 13 maio de 2004.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.